

econômico

revista quinzenal

N. 12 — 16 a 30 de abril — NCr\$ 1,50



Monsenhor Waliredo está apreensivo com a crise econômica no Interior do Estado

(Reportagem na página 3)

Cortez Pereira escreve suas

Reflexões sobre o Nordeste

Artigo na última página



ESTES HOMENS EXTRAEM MINERIO DO RIO G. DO NORTE

(Reportagem na página 5)

401

Entrevista de Cortez no último RN-ECONÔMICO obteve muito boa repercussão

A entrevista dada pelo professor Cortez Pereira ao RN-Econômico, publicada em seu número passado, alcançou grande repercussão em todos os níveis, especialmente naqueles ligados aos destinos econômicos do Estado. Entre as classes produtoras, os repórteres tentaram, apenas para quebrar a uniformidade informativa — todos os pronunciamentos eram a favor — uma palavra de oposição ao homem Cortez e as suas idéias. Não conseguiram.

O Vice-Presidente da Associação Comercial, José Resende, por exemplo, destacou o trecho onde o futuro Governador potiguar fala que uma de suas metas é a pacificação total da família política do Rio Grande do Norte.

“Se êle conseguir realizar isto, seguindo os passos iniciados pelo Monsenhor Walfredo Gurgel, será ótimo”. Mas, José Resende não esqueceu a afirmação do candidato, de que governará com os homens de empresa potiguares. “Esta é uma notícia alvica para nós” — completou.

Já o Superintendente do SESI, industrial Expedito Amorim, lembra o otimismo contido na afirmação: “Não devemos lamentar o que não veio para o Rio Grande do Norte”, dita pelo candidato.

“Esta é a verdade — diz êle — nós lamentamos o que não veio e ficamos culpando a SUDENE e a COFERN, por exemplo, quando o que precisamos, antes de mais nada, é de uma união de esforços”.

“O que precisamos mesmo — continua — é juntar Governo e empresários, na luta para pleitear os incentivos fiscais provenientes dos artigos 34/18. Lamentar o que não veio de pouco adianta. As palavras de Cortez foram muito equilibradas”.

Entre os parlamentares, as idéias do homem Cortez também encontraram ressonância. O deputado Edgar Montenegro, líder do Vale do Açu e homem tradicionalmente ligado às atividades agropecuárias — é formado em Agronomia —, afirmou que o candidato havia começado sua escalada “pelo primeiro degrau: a agropecuária, fortalecendo uma atividade onde se ocupam 80% do nosso povo”.

“Além disso — acentuou — Cortez Pereira é um homem de empresa, conhecedor dos problemas econômicos e financeiros do Nordeste e do Rio Grande do Norte e, por sua inteligência e prudência, escreverá, no seu Governo, uma das mais belas páginas que a História do nosso Estado registrará”.

D N O C S

N O R N

Dentre as Obras Hidráulicas, construídas e exploradas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no Rio Grande do Norte, destacamos o Açude Público Itans, com capacidade de acumulação na ordem de 81 milhões de metros cúbicos d'água, localizado no município de Caicó. Foi construído no ano de 1936, pela antiga Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), com as finalidades múltiplas de promover a Irrigação e a Piscicultura, bem como servir de reservatório para o futuro Abastecimento d'água da cidade de Caicó, além de controlar possíveis inundações no vale do Rio Barra Nova.

Em 1968, o 5.º Distrito de Obras, promoveu a recuperação do paramento de montante; substituindo as lages de concreto que o protegiam, pelo moderno e eficiente sistema de proteção tipo “RIP-RAP”.

Evidenciamos como principal atividade de operação, o setor Agropecuário, compreendendo áreas da Bacia Hidráulica, representada pelas faixas-secas e vazantes, com 288,40 ha. e, a Bacia de Irrigação. (Terras do DNOCS e de Particulares) Estas duas Bacias, atingiram no ano próximo passado, de acordo com os dados estatísticos coletados pelo Departamento, uma produção agrícola da ordem de 5.000 toneladas, no valor aproximado de (DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL CRUZEIROS NOVOS) (NCR\$ 244.000,00).

Da água acumulada no Açude Público Itans, cerca de 2 (dois) milhões e 600 mil metros cúbicos se destinam anualmente à Irrigação, sendo distribuídas por 2 (dois) canais principais, com uma extensão total de 14 kms, beneficiando 63 ha.

Com vistas no plano de trabalho para 1970, o 5.º Distrito de Obras, acaba de executar os trabalhos de eletrificação do Açude Público Itans, a fim de proporcionar melhor aproveitamento na Irrigação das terras de montante e jusante do Açude, através de eletro-bombas localizadas as margens dos canais.

Além do setor agrícola, o Açude Público Itans apresentou no ano próximo passado, uma produção de 1.023.500 exemplares de pescado, totalizando 130.000 quilos, no valor de NOVENTA E CINCO MIL CRUZEIROS NOVOS (NCR\$ 95.000,00). Como se observa, com vista na produção dos Açudes Públicos administrados pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas no Polígono, os quais atingiram — 20.600 toneladas/ano, conseguiu ultrapassar esta meia no ano passado, com 150.000 espécies distribuídas entre os estados acima referidos, sendo o Rio Grande do Norte o mais beneficiado.

Monsenhor está apreensivo com a situação do Rio Grande do Norte

Apesar das palavras tranquilizadoras do Superintendente da Sudene, General Tácito Teófilo de Oliveira, de que serão abertas frentes de trabalho até o final do mês, nos lugares onde a estiagem persiste, e apesar das chuvas atrasadas caídas em várias partes do Estado, o Mons. Walfredo Gurgel é, hoje, um homem profundamente preocupado.

Em sua mesa de trabalho, no Palácio do Governo, os Prefeitos do Interior desfilam sua cantilenas de miséria, sem que a administração estadual possa tomar medidas eficazes para resolver o drama. Como um homem do sertão, ele sabe que a situação só virá a melhorar um pouco dentro de 30 ou 40 dias, quando uma tímida produção agrícola começará a surgir.

Frentes de Trabalho — Num grande esforço, o Governo já abriu frentes de trabalho em quase todos os postos do Interior potiguar onde a situação apresenta maior gravidade. Cerca de cinco mil homens estão executando serviços de abertura de estradas, construção de açudes e outras atividades, criadas em consequência do trabalho desenvolvido por órgãos estaduais.

Este programa de frentes de trabalho está pôsto em execução com o auxílio das Prefeituras dos municípios atingidos pela seca. Assim, em Açu, Lages e Pedro Avelino, trabalham 500 homens, 400 em Cerro Corá, 270 em Jucurutu e Laginha, 300 em Patu e Itaú. Em São Miguel e Pau dos Ferros, há um maior número: 700 homens.

Para abrir as frentes de trabalho, o Governo adquiriu 60 toneladas de gêneros alimentícios, enquanto recebia 25 toneladas da Sudene. Por outro lado, dentro do programa "alimentos para a Paz", mantido pela USAID/NE, espera receber mais 50 toneladas.

Há, porém, um problema muito sério: o Estado não dispõe de recursos suficientes para sustentar estes programas por mais de 15 dias, no máximo. A partir daí, as frentes de trabalho somente serão mantidas se a Sudene garantir sua preservação. Caso contrário, terão que ser extintas.

Reunião — A recente reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada em Recife, girou em torno da seca nos Estados nordestinos. Entre as medidas que serão tomadas pela autarquia, para minorar os efeitos trazidos pela falta de chuvas, estão: prioridade para os pro-

jetos agropecuários; reescalonamento das dívidas dos agricultores junto aos bancos oficiais, além do oferecimento de novos financiamentos; liberação de recursos do Fundo de Participação dos Municípios, com adiantamento dos três meses seguintes além da disposição da Sudene em iniciar, nos próximos dias, se a situação não mudar — o que parece provável — a abertura de frentes de trabalho nos municípios mais atingidos.

Prefeitos — O Palácio do Governo experimenta um grande movimento nos últimos dias, um vai-e-vem de rostos tristes. São os Prefeitos, tentando, mais uma vez, soluções que não estão vindo até agora. A correspondência também aumentou e os estafetas não param. Em uma semana, 80 telegramas chegaram do Interior, relatando a situação real de fome em que se encontram.

As Delegacias de Polícia do Interior receberam instruções no sentido de agirem com a maior cautela nos casos de invasões de cidades e saques de feiras. O uso de violência deve ser evitado a qualquer custo. Isto não impedirá, contudo, o emprego de medidas enérgicas para coibir os abusos que podem se verificar nestas situações, quando aproveitadores se infiltram entre os agricultores famintos, como aconteceu dias atrás em Mossoró, quando a Polícia prendeu alguns homens que participaram do saque do mercado e depois tentavam calmamente vender o gêneros que haviam conseguido retirar.

As chuvas que voltaram a cair não trouxeram alívio nem aos agricultores nem ao Governo do Estado. Serviram tão somente para amenizar a tensão social que aumentava dia a dia. Apesar do retorno, as precipitações continuam a cair com uma irregularidade muito grande.

A ação da Sudene — O Superintendente da Sudene afirmou, durante a reunião do Conselho Deliberativo que a autarquia continuará enviando equipes técnicas de agrônomos e hidrólogos, com

a finalidade de acompanhar a evolução do problema na região, pois "algumas notícias são verdadeiras, mas há outras fruto do estado emocional".

Os Governadores participantes, a não ser, naturalmente, o do Piauí, sentiram-se decepcionados quando o General Tácito de Oliveira afirmou: "A Sudene não escolhe nem nega a gravidade da situação, mas não pode, neste momento, dizer, com absoluta segurança, que outras áreas deste imenso território necessitarão de ajuda semelhante a que está recebendo o Piauí".

A certeza que falta ao Superintendente sobra aos Prefeitos e órgãos do Governo do Estado, que têm de, a cada dia, imaginar novas formas de evitar uma explosão social.

Perdão — Mesmo que a ação da Sudene se faça sentir e que as chuvas caídas com atraso remediem um pouco a situação da lavoura — entre 40 e 60%, dependendo da região, segundo os técnicos —, os agricultores terão condições de pagar os empréstimos contraídos com os bancos oficiais? Para o chefe da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, José de França, a resposta é não. Durante uma recente reunião convocada pelo Governador, no Palácio, ele afirmou que a única solução seria o perdão dessas dívidas.

Explicou que há agricultores devendo ao Banco empréstimos contraídos desde 1964. Alguns desses pequenos proprietários teriam chegado a oferecer ao Banco as propriedades que haviam dado como garantia dos empréstimos. O bancário foi mais além: disse que o reescalonamento das dívidas não resolverá o problema.

Um funcionário do Banco do Nordeste, presente também à reunião, completou o pensamento de seu colega do Banco do Brasil, ao afirmar que apenas os proprietários que tinham atividades ligadas à pecuária estavam conseguindo manter uma situação relativamente boa. E encerrou de maneira realmente drástica: "Os agricultores estão liquidados, pois a vocação do Rio Grande do Norte não é agrícola". Pelo jeito, novas profissões terão que ser criadas urgentemente no Estado. Enquanto isto não é providenciado, porém, os flagelados terão que aprender o ofício de cassacos, abrindo estradas improvisadas ao sol do sertão seco e hostil.



COMPANHIA DE FOMENTO ECONÔMICO DO RIO G. DO NORTE
rua mossoró, 359 — telefone 2562 — natal (rn)

INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO

participação acionária
administração de incentivos fiscais
financiamento à elaboração de projetos
pesquisas de recursos naturais
processamento de dados

A VIDA DE UMA EMPRESA (1)

Em menos de 30 anos, Brejuí se transformou na maior empresa de mineração do Nordeste

Considerada uma das mais sólidas empresas do Rio Grande do Norte, a Mineração Tomaz Salustino S/A se classifica hoje entre as grandes empresas de mineração do país.

A história da Mineração Tomaz Salustino começou em 1943 quando José Dias, morador da Fazenda Barra Verde, no município de Currais Novos, encontrou as primeiras pedras de scheelita nas margens do riacho Brejuí. O desembargador Tomaz Salustino Gomes de Melo, proprietário das terras onde se dera a ocorrência, requereu tão logo a concessão de exploração da mina definida, legalizando-a no Departamento Nacional da Produção Mineral. Currais Novos tornou-se, a partir daí, o ponto de convergência de trabalhadores do Seridó e até de outros Estados que chegando aos milhares se incorporaram ao trabalho de exploração do minério. Nesse tempo, por coincidência, a scheelita era muito procurada pelos Estados Unidos, em face da Segunda Guerra Mundial. Isso estimulou o investimento por parte do Desembargador Tomaz Salustino, preocupado em aumentar cada vez mais a produção do minério e defini-lo como de importância na nossa incipiente economia. Na ocasião, a Mina Brejuí contava com quase dois mil operários num trabalho em forma de garimpagem que, não obstante, chegou a produzir 35 toneladas por semana. Foram contratados engenheiros, equipamentos foram importados e um engenho de tratamento de scheelita foi instalado, começando a funcionar por volta de 1953.

O crescente emprego de operários que vinham se concentrar próximo à mina com suas famílias, obrigou a que obras-meio fossem edificadas, surgindo daí uma vila operária

com grupo escolar, cooperativa de consumo para os empregados, ambulatório médico e igreja. Mas a influência da Mina Brejuí não se limitou apenas ao local das explorações. Em Currais Novos, como efeito do dinheiro que circulava em volume considerável, os benefícios da exploração mineral chegaram através da criação de muitos elementos de ordem socio-econômica. Surgiram o Tungstênio Hotel, a Rádio Brejuí, Clube Social, agência do Banco do Brasil e colégios, havendo em todas essas obras a influência direta ou indireta do próprio Desembargador Tomaz Salustino.

Falecendo em 1963 o Desembargador, a mina passou a ser administrada por seus herdeiros e acionistas outros, continuando até os dias atuais a viúva Tereza Bezerra Salustino como a maior acionista da empresa. Agora, a Mineração Tomaz Salustino é dirigida pelo Professor Mário Moacyr Pôrto, ex-Reitor da Universidade Federal da Paraíba, que continua desenvolvendo o trabalho iniciado pelo falecido Desembargador, no sentido de fazer da Mina Brejuí uma das obras de redenção do Nordeste. A scheelita que continua ocorrendo em grande escala, apresenta mais um fator de riqueza, porquanto está acompanhada do molibdênio, minério de grande importância, a ponto de secundarizar até a própria scheelita. A mina está atravessando uma intensificação de trabalhos, contando com a colaboração do Ministério das Minas e Energia para tarefas de prospecção de terreno e geologia.

Brejuí é a maior mina de scheelita do país e do continente americano. Hoje ela já não depende mais da procura em tempos de guerra para a fabricação de armas, porque as metalúrgicas nacionais e estrangeiras já aproveitam o minério em produtos para o desenvolvimento econômico e social do mundo inteiro. O Brasil já consome grande parte dessa scheelita, com a metalurgia de São Paulo transformando-a em tungstênio e empregando em ferramentas de corte e em outros produtos intermediários de grande aplicação na indústria pesada. Apesar disso, grande parte da scheelita é exportada para os Estados Unidos e Europa, estando a Mineração Tomaz Salustino classificada como a empresa nordestina que, individualmente, produz mais divisas para o Brasil. No ano passado, a Mina Brejuí produziu 511 toneladas métricas de scheelita, marcando para a empresa uma exportação record que alcançou a quantia de Hum milhão, setecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e quarenta e quatro dólares. Esse valor representa mais do que a totalidade de todas as exportações de algodão efetuadas no Estado do Rio Grande do Norte, no mesmo ano.

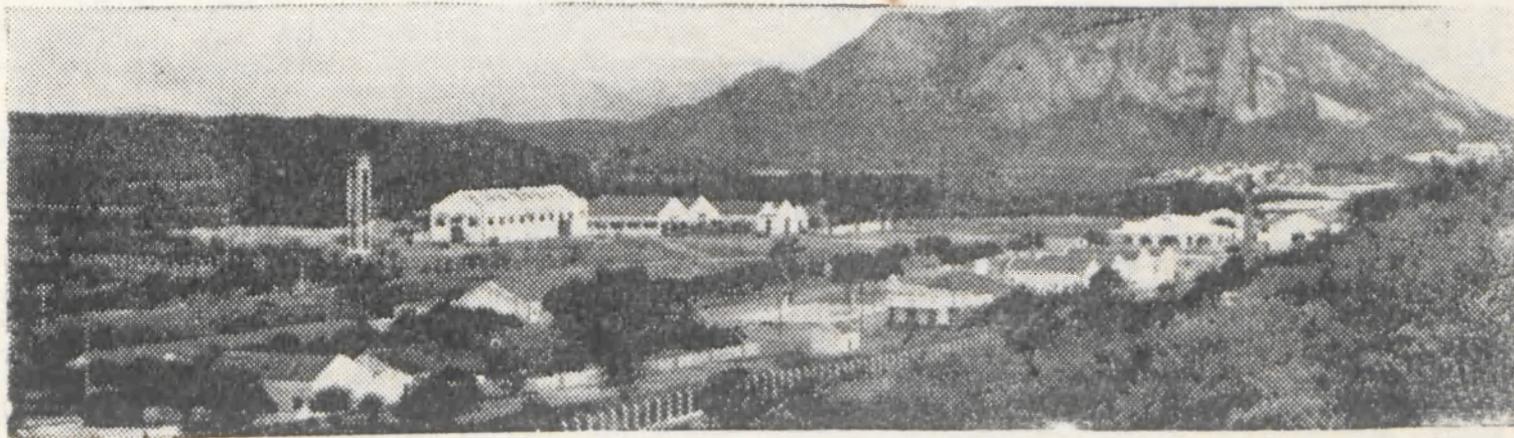
Os quantitativos em dólares das exportações nos últimos anos apresentam uma curva ascendente de valores de venda, assim vistos:

1965	—	US\$	296.703,37
1966	—	US\$	420.883,90
1967	—	US\$	840.283,29
1968	—	US\$	1.153.236,75
1969	—	US\$	1.756.344,13

A Mineração terá instalada brevemente uma metalurgia de tungstênio na cidade de Currais Novos, prevista para ser o maior empreendimento industrial do Estado, com um investimento de 12 milhões de cruzeiros novos.

Com essa metalurgia, o valor das exportações será triplicado representando ainda mais divisas para o Brasil. O mercado consumidor da scheelita já está totalmente definido, deixando o produto de depender dos conflitos internacionais, quando a indústria bélica constituía o único centro de demanda do nosso minério. Hoje, foram descobertas novas utilizações para a scheelita, num variado ramo industrial que, crescendo também no Brasil, já assegura uma procura de alto significado para o produto. Isso vem estimulando mais ainda os esforços da Mineração Tomaz Salustino através do empenho dos seus dirigentes visando ao aumento da produtividade das explorações.

Para 1970, o volume das exportações está previsto para 2 milhões de dólares, enquanto no último relatório da diretoria da empresa, o Professor Mário Moacyr Pôrto afirma: "Quando o Governo, ante o afilivo desequilíbrio do nosso balanço de pagamentos, proclama que exportar é a solução, nós mineradores do Seridó estamos sem dúvida concorrendo com a nossa parcela para o ingente esforço em que o País se empenha para a promoção do seu desenvolvimento". E em Currais Novos continua a busca da riqueza de baixo da terra!



Diário Oficial em síntese

A **Companhia Alfredo Fernandes Indústria e Comércio**, empresa mossoroense, publicou aviso no **Diário Oficial** de 18 de abril último, informando que se acham à disposição dos seus acionistas, na sede da Sociedade, os documentos relativos ao exercício findo em 31 de março.

César S. A. Comércio e Representações publicou no **Diário Oficial** do mesmo dia um edital comunicando aos acionistas que o Balanço, o Parecer do Conselho Fiscal e o Relatório da Diretoria, referentes ao exercício de 1969, se encontram em sua sede, à Rua Dr. Barata, 209.

A **Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte (TELERN)** publicou a 18 último aviso aos acionistas, informando que se acham à disposição, na sede da empresa, os documentos relativos ao exercício social findo em 31-12-69.

A Prefeitura Municipal de **Pedra Preta** publicou no **Diário Oficial** do dia 18 o decreto nº 01, incorporando ao patrimônio municipal bens construídos ou adquiridos com recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

A Prefeitura Municipal de **Lages Pintada** publicou no mesmo dia uma relação dos bens incorporados ao patrimônio do Município no exercício de 1969.

A **Companhia de Melhoramentos Agro-Pastoril** publicou cópia autêntica da ata de Assembleia Geral Extraordinária da COMAP, realizada nos dias 16 e 20 de março. Na referida ata, está incluído um boletim de subscrições de ações ordinárias da empresa, que tem sede em Pendências.

A Prefeitura Municipal de **Carnaubais** anunciou no **Diário Oficial** do último dia 18 a incorporação de bens ao patrimônio municipal.

A **RIONORTE — Companhia Norteriograndense de Crédito, Financiamento e Investimento** — publicou a ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 10 de abril de 1970.

No mesmo **Diário Oficial**, o **Banco Comércio e Indústria Norte-Riograndense S/A**, publicou Balancete Geral realizado em 3 de abril de 1970.

A **Importadora Omar Medeiros S/A** publicou Relatório da Diretoria e Balanço no **Diário Oficial** do dia 18, referentes ao exercício de 1969.

As Prefeituras de **São Rafael, Poço Branco e São João do Sabugí** publicaram incorporações de bens ao patrimônio municipal de cada uma delas, no último dia 18.

A **Cia. Alfredo Fernandes Indústria e Comércio**, por sua vez, publicou o seu balanço do exercício de 1969 no **Diário Oficial** do dia 18.

A **Itapetinga Agro-Industrial S/A** publicou edital de convocação para uma Assembleia Geral Extraordinária para o dia 30 do corrente, em sua sede, à rua Chile, 184, para tratar de aumento do capital

social, retificação dos nomes dos investidores, ratificação de assembleias anteriores e alterações no Estatuto social.

A **Cooperativa Habitacional dos Trabalhadores de Natal Ltda.** convoca, em edital no **Diário Oficial** do dia 18, os seus 720 sócios para uma Assembleia Geral Ordinária, no salão da Escola de Serviço Social, a 16 de maio próximo.

A **COSERN** publicou edital, no **Diário Oficial** do dia 23 último, convocando seus acionistas para uma Assembleia Geral Ordinária, a 30 do corrente, para tomada de contas da Diretoria e outros assuntos.

A **NATALCRED**, também no **Diário Oficial** do dia 23, convoca os acionistas para Assembleia Geral Extraordinária, a 2 de maio próximo, em sua sede, para deliberar sobre aumento de capital social, abertura de filial e outros assuntos correlatos.

A **Companhia Algimar — Indústrias Químicas de Alginatos**, publicou aviso aos seus acionistas, a 22 de abril último, de que será incorporado ao Capital autorizado da empresa a soma de NCr\$ 184.230,00, cujas ações serão emitidas na forma da lei. Os acionistas poderão exercer o direito de preferência no prazo de 30 dias, contados da data de publicação do aviso.

A **CODIPRA S/A — Comércio e Indústria** publicou o seu balanço do exercício de 1969 no **Diário Oficial** do dia 23 último.

A **SANTORRES COMÉRCIO S/A**, empresa de Caicó, publicou cópia autêntica da Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 4 de abril, no **Diário Oficial** do último dia 23.

Clóvis Costa Indústria e Comércio S/A convocou Assembleia Geral Ordinária para o dia 30 de abril, através de edital publicado a 23 último

Jessé Freire Agro-Comercial S/A também publicou edital, no dia 23 último, convocando os seus acionistas para Assembleia Geral Extraordinária, a 30 de abril, em sua sede social, Avenida Tavares de Lira, 78.

CIRNE — COMPANHIA INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO NORTE, empresa com sede em Macau, publicou edital convocando os acionistas para Assembleia Geral Extraordinária, para tratar de aumento do capital social, consolidação dos estatutos sociais e outros assuntos.

No dia 28 último, o **Diário Oficial** publicou ata da Assembleia Geral Extraordinária das **Confecções Sucar S/A**, realizada a 23 de abril de 1970.

Ainda no dia 28: **Companhia Algimar** publicou ata da Assembleia Geral Ordinária realizada a 20 último; enquanto as Prefeituras de **Parazinho, São Tomé, São José de Mipibú, Dr. Severiano, Augusto Severo,, Paraú, Cruzeta, Upanema, Olho D'Água dos Borges, Riachuelo, Carnauba dos Dantas e Monte Alegre** publicaram incorporações de bens ao patrimônio de cada um dos municípios.

Homens

&

Empresas

A Companhia Algimar — Indústrias Químicas de Alginatos realizou em Natal, durante os últimos dias 20 e 21, um encontro de seus diretores, com o objetivo de promover a dinamização das atividades da empresa no Rio Grande do Norte, onde ela tem sua sede. Estiveram presentes ao encontro todos os diretores: **Carlos Pereira de Almeida Raposo** — Diretor Presidente, **Wladimir Jan Hlousek de Sternberg** — Diretor Industrial, **Dioclécio Dantas Duarte** — Diretor Superintendente, e **Roberto Sérgio Gadelha Albano Amora** — Diretor.

Ao que tudo indica, o grupo **João Santos**, do Cimento Nassau, se resolveu a construir sua fábrica de cimento no Rio Grande do Norte. Porém, não mais em Lages, como estava previsto no projeto aprovado pela Sudene, e sim na cidade de Mossoró. O grupo **João Santos** alega que em Lages não existe água, fator essencial para a indústria do cimento, daí a transferência da fábrica. Afirma-se que já em maio começarão as obras de infraestrutura da indústria em Mossoró, mas muita gente acredita que a coisa vai ser muito demorada. O fato incontestável é que o Estado precisa de uma fábrica de cimento, e o projeto do grupo **João Santos** não é executado, em prejuízo da nossa economia.

Dix-Huit Rosado foi convocado pelo Ministro da Agricultura e já se encontra em Brasília para encabeçar um grupo de trabalho que fundirá o INDA e o IBRA em um só

organismo. Tudo indica que **Dix-Huit Rosado** assumirá novamente suas antigas funções de Presidente do INDA, desta vez com maiores condições de atuar, pois o organismo contará com mais recursos.

Até o dia 20 de maio o SESI fará a tomada de preços para a construção de um Centro Social em Mossoró, obra orçada em mais de um milhão e quinhentos mil cruzeiros novos que beneficiará os trabalhadores da indústria na região Oeste. A notícia foi fornecida pelo Presidente da Federação das Indústrias, engenheiro **José Nilson de Sá**.

A Bolsa de Valores do Rio Grande do Norte é considerada uma das mais movimentadas do Brasil. A notícia foi dada pelo seu Presidente, **Breno Fernandes**, que há pouco tempo participou em São Paulo de uma reunião da Comissão Nacional de Bolsas. Em apenas 16 dias, a nossa Bolsa movimentou uma soma superior a zentos milhões de cruzeiros antigos. As ações mais procuradas têm sido as do Banco do Nordeste e as das Confeccões Guararapes. As letras de câmbio da Rionorte também estão sendo ótimamente aceitas.

O Presidente da CODEVA, deputado **Edgar Montenegro**, informou que o Ministério da Agricultura já liberou a soma de NCr\$ 60 mil para a implantação de um Centro Cooperativista de Treinamento Agrícola no vale do Açu. Por outro lado,

a CODEVA (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Açu) recebeu também do Ministério da Agricultura uma máquina perfuratriz, em regime de comodato, para perfurar poços tubulares nas regiões de taboleiros, dando condições permanentes de trabalho e moradia a milhares de trabalhadores rurais. Na próxima reunião da CODEVA, no primeiro sábado do próximo mês, será traçado um programa de perfurações com a máquina.

O industrial **Teixeira Rocha**, (Grupo Mipole); foi contemplado pelo NAI (Núcleo de Assistência Industrial), com uma viagem de estudos e observações aos Estados Unidos. A viagem está incluída dentro de um acordo firmado entre o NAI e a USAID para possibilitar um maior intercâmbio do empresariado local com o norte-americano.

Outro empresário potiguar, o economista **Thiago Gadelha** (Grupo Simas), também se preparando para viajar aos Estados Unidos. Pretende demorar-se um ano fazendo cursos e observando o funcionamento de várias metalúrgicas.

O conhecido Molho Vegetal de "Santa Cruz", com nova marca — INHARÉ — e embalagem plástica (fabricada pela FLANOSA), prepara-se para entrar em dimensão industrial e buscar uma fatia do mercado. Para tanto sua nova fábrica, em Natal, está sendo concluída. A frente do grupo — **Bezerra & Fiuza** — estão os ex-deputados **Jácio Fiuza** e **Aluizio Bezerra**. O mesmo grupo pretende lançar, ainda este ano o vinagre INHARÉ, também em embalagem plástica.

O maior projeto agropecuário do Rio Grande do Norte foi aprovado na última reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada no dia 23. Trata-se da **F. Souza Agro-Pecuária S/A — AGROPEC** —, de Afonso Bezerra, com inversões que totalizam NCr\$ 8.711.000,00 sendo a participação dos artigos 34/18 da ordem de NCr\$ 6.435.186,00. Antes de sua aprovação, o maior projeto agropecuário do Estado — e mesmo do Nordeste, durante algum tempo — era o da **Potengi Agro Industrial**, do industrial **Antônio Ribeiro**, localizado em Ielmo Marinho.

Outro projeto aprovado foi o da **Cia. Agro Industrial Pirangi** também no setor agropecuário, com inversões totais ide NCr\$ 1.510.386 provenientes dos artigos 34/18. Os dois projetos destinam-se à criação e engorda de gado bovino.

Depois de lançar, com êxito, o conjunto residencial OURO BRANCO, a Construtora **ECOCIL** (engenheiros **Luciano Barros** e **Fernando Bezerra**) vão partir para uma nova etapa no mesmo empreendimento — o lançamento de outras vinte residências — nos próximos dias, enquanto constroem três das mais importantes fábricas que se instalam no Rio Grande do Norte: **ALGIMAR**, **DUBON** e **JOSSAN**.

Confeccões Reis Magos Ltda. camisas masculinas, com toda a sua produção vendida, disputando o mercado no Pará, Maranhão, Mato Grosso, Ceará, Minas Gerais e São Paulo. Nos planos da empresa, um projeto de ampliação, a fim de atender a demanda.

O advogado **Iberê Ferreira de Souza** lançando uma novidade em termos de prestação de serviços profissionais: instalou, no Edifício 21 DE MARÇO, o primeiro escritório especializado em assessoria fiscal, no Rio Grande do Norte. **Iberê** concluiu, recentemente, curso de Direito Fiscal, na Fundação Getúlio Vargas.

O Presidente do **BANDERN**, **José Daniel Diniz**, deixará a sua função no momento em que for nomeado técnico de tributação do Ministério da Fazenda, o que poderá ocorrer até o final deste semestre.

O futuro Governador **Cortez Pereira** foi convocado pela BEMFAM para tomar parte no V Seminário Brasileiro de Planejamento Familiar, a ser realizado em Natal, no período de 30 de abril a 3 de maio. O conclave terá um número restrito de convidados, selecionados entre os líderes e técnicos de todo o país, e terá como objetivo analisar os múltiplos fatores que envolvem o problema do planejamento familiar.

A sêca já castigou o Estado. (

Como tôda a humanidade, o matuto nordestino também olhou muito para o céu, durante as últimas semanas. Como tôda a humanidade, ele também rezou e pediu. Mas, enquanto o resto do mundo condicionado pelos meios massivos de informação, emocionava-se com o drama vivido pelos astronautas americanos, o homem do Interior olhava o céu sem nuvens e sofria, em silêncio o seu próprio drama. E, agora que as chuvas chegaram, o homem do Interior não ficou tão alegre. Seus prejuízos serão, mais uma vez, acentuados.

Como nos filmes coloridos de Hollywood, a estória dos astronautas teve um final feliz: os rostos corados dos tripulantes da **Apollo XIII** nas telas de TV. Para o nordestino, o resultado lembra o drama negro das tragédias gregas, os rostos dos filhos amarelecidos pela fome: é a chuva tardia que não salvou sua lavoura.

Cautela — Há uma excessiva cautela em todos nos últimos dias. A situação é real, os fatos se sucedem, mas as bôcas calam na hora de se dizer a verdade. A hesitação existe na Sudene, no Govêrno do Estado e nos órgãos federais, embora desapareça no linguajar simples dos Prefeitos, que se desesperam e procuram as autoridades para dizer o que existe em seus municípios, onde as pragas da largata da fôlha acabaram com a lavoura e o gado mostra, nas costelas salientes, a evidência do que apenas é sussurrado nos corredores das repartições.

A sêca existiu no Rio Grande do Norte, comprovada oficialmente em relatório entregue ao governador Walfredo Gurgel pelos agrônomos Cácio Medeiros, Luiz Gonzaga Moreira e Laércio Bezerra de Araújo, que fizeram uma viagem de inspeção durante três dias, visitando cêrca de 50 municípios em missão oficial.

O que êles disseram no relatório — embora a palavra sêca não fôsse pronunciada nunca, sendo amenizada pela palavra **estiagem** — levou o monsenhor Walfredo Gurgel imediatamente ao Recife, a fim de mostrar ao Superintendente-adjunto da Sudene, Antônio Pinto, o que a falta de chuvas fêz ao Rio Grande do Norte.

O relatório tem 28 páginas e é uma radiografia minuciosa do Estado, revelando que em certos municípios, como Pedra Preta e Pedro Avelino, não haverá safra

nenhuma êste ano, mesmo que as chuvas voltem a cair. Com raríssimas exceções — o relatório cita Alexandria —, o retorno das chuvas não modificará muito as coisas, pois cêrca de 50% das safras estão perdidas. Ou 100%, como acontece em Lages.

Apenas sete cópias foram tiradas do relatório oficial, datilografadas apressadamente na Secretaria da Agricultura até altas horas da noite. No dia seguinte, o Governador levou o documento à Sudene.

Providências — A primeira medida tomada pela Sudene foi liberar grande quantidade de gêneros alimentícios, que estão sendo utilizados para matar a fome dos habitantes de Pedro Avelino, Lages, São Miguel, Pau dos Ferros, Florânia, Santana do Matos, Cerro Corá e Barcelona.

Contudo, a Sudene não se convenceu inteiramente de que a sêca existia. O superintendente-adjunto declarou ao monsenhor Walfredo que vai aguardar até o começo de maio. Se não chover até lá, a sêca existirá oficialmente, e o Plano de Emergência será pôsto em ação, pela primeira vez desde a criação do órgão (RN-Econômico nº 7).

A cada dia porém, a tensão aumentava no Interior. O relatório afirmou que em Alexandria não havia qualquer problema mais grave. Menos de três dias depois de ser concluído o documento, 500 pessoas famintas invadiram a cidade, aproveitando a realização da feira semanal. O Prefeito, alarmado, ainda conseguiu atender a mais de 400. Em São Miguel — que não constou do roteiro da comissão —, também ocorreu invasão, bem como em Coronel João Pessoa, Florânia, São Paulo do Potengi, Mossoró e muitas outras cidades.

Centro-Norte — Na região Centro-Norte, os técnicos visita-

ram sete municípios: João Câmara, Pedra Preta, Jardim de Angicos, Pedro Avelino, Santana do Matos e Lages. Eis a situação de cada um dêles:

João Câmara — Precipitação média, do começo do ano até abril, 246,9mm. A lavoura ainda resiste e, se chover em uma semana, 80% dela estão garantidos. Mas o algodão está fortemente atacado pela lagarta. A pastagem está bem, dependendo de chuvas, o rebanho está em bom estado. Há tensão social, porém, entre a população, pois há falta de alimento e não existe frente de trabalho.

Pedra Preta — Precipitação média de 159,7mm. A lavoura está praticamente destruída e, mesmo que as chuvas voltem a cair, não haverá recuperação. O algodão foi atacado pela lagarta, não há pastagem. O rebanho está magro e passando fome. A população está faminta, embora não tenha havido nenhum movimento até agora. Não há frentes de trabalho.

Jardim de Angicos — O relatório não descreve a situação.

Pedro Avelino — Precipitação média, 213,9mm. A lavoura de cereais está totalmente perdida. Mesmo chovendo, não há mais tempo para novos plantios. Algodão atacado pela lagarta e sem condições de produzir. Não existe pastagem e o rebanho está em situação crítica. Há fome entre a população e uma grande preocupação é o problema d'água, pois o que existe é um pequeno depósito no porão de um açude, quase uma lama.

Santana do Matos — Precipitação média, 171,2mm. A lavoura de gêneros alimentícios está perdida. A da serra ainda pode ser salva em parte, contudo. O algodão pode dar uma pequena safra, pois foi atacado pela lagarta. Existe uma pequena babugem, que poderá transformar-se numa pastagem capaz de sustentar os rebanhos, que não está muito gordo. A população tem fome. Não há feijão na feira, que explora no preço de gêneros de primeira necessidade.

Lages — Precipitação média, 55mm (o município do Estado manteve-se magro e sem a perspectiva de seu sustento. Além da estiagem atacado pela lagarta, a população está xique-xique. A água de mendigos é de péssima qualidade para dois ou três dias).

Vale do Açú — Situação das cidades Ipanguaçú, Açú e São Rafael — Precipitação média, 278,8mm.



A sêca esteve causou

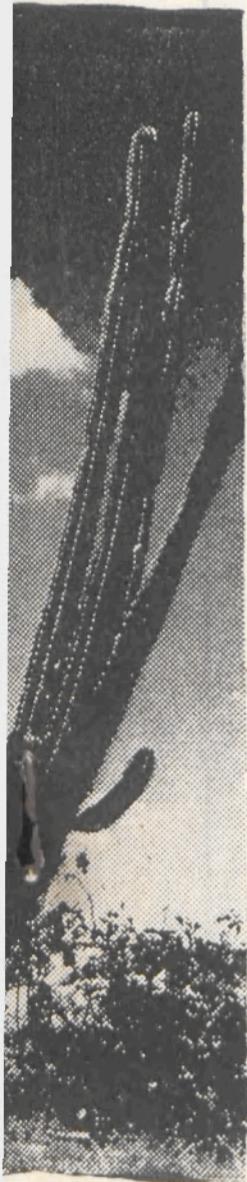
O inverno está chegando tarde.

Reportagem de DJAIR DANTAS

precipitação média, cíprio mais sêco teve a tradição). de subsistência. m, o algodão foi lagarta. Não há safra. Rebanho mentação para o fome é tanta que recorrendo ao água que existe é muito grande, idade e suficienteês meses.

— A comissão vis de São Rafael, na região do vale resultado:

Precipitação mé- Apenas o feijão



ve entre nós e ou pânico

ainda pode ser salvo, das culturas de subsistência, assim mesmo se chover em uma semana. O algodão, como não podia deixar de acontecer, foi atacado pela lagarta da fôlha (curuqueré). Com novas chuvas, poderá dar uma pequena safra. Quanto às pastagens, existe uma rala babugem. O rebanho apresenta boas condições. A Prefeitura está atendendo aos que a procuram, com alimentos comprados no comércio. As pesquisas (malocagem) de minérios e a exploração do mármore existente na região tem absorvido parte da mão-de-obra, segundo o relatório.

Ipanguaçu — Precipitação média, 268,5mm. Lavoura perdida. As pastagens resumem-se numa babugem maltratada pela sêca. Contudo, o rebanho está em bom estado. Há tensão social e diz-se que a população rural tem muita fome. Houve aglomerações na cidade, contornadas pelo Prefeito, mas teme-se que aconteça outra vez.

Açu — Precipitação média, 268,5. Cultura de subsistência prejudicada. A babugem poderá transformar-se em meia pastagem, se chover. O rebanho apresenta condições regulares. Há tensão social e muita fome. Houve uma aglomeração e foram distribuídos alimentos. Pode haver novos movimentos. Os proprietários não podem pagar os empréstimos contraídos com os bancos oficiais.

Chapada do Apodi/Serrana — Nesta região, a comissão percorreu as cidades de Mossoró, Dix-Sept Rosado, Apodi, Felipe Guerra, Severino Melo, Itaú, Rodolfo Fernandes, Riacho da Cruz, Taboleiro Grande, São Francisco do Oeste, Pau dos Ferros, Rafael Fernandes, José da Penha, Marcelino Vieira, Pilões, José Dias, Alexandria, Frutuoso Gomes, Antônio Martins, Almino Afonso, Lucrécia, Patu, Junco, Rafael Goddeiro e Janduí. A análise foi feita nos seguintes municípios, suficientes para se ter uma idéia da sêca na região.

Apodi — Precipitação média, 224,7mm. O feijão e o milho po-

derão ser salvos, se chover logo. Há uma pastagem razoável, mas depende de chuvas para subsistir. Rebanho razoavelmente alimentado. Colheitas retardadas trouxeram fome no meio rural, mas não há indícios de tensão.

Itaú — Precipitação média 162,2mm. A situação, em geral, assemelha-se a de Apodi, segundo o relatório, mas na cidade não há água. A que existe no açude está poluída.

Pau dos Ferros — Precipitação média, 258mm. Lavoura dependendo de chuvas. O algodão foi atacado pela lagarta e, caso chova, poderá dar uma meia safra. Também das chuvas dependem as pastagens. O rebanho está bem. Na cidade, o número mas a Prefeitura já está atendendo a 220 homens, embora os recursos sejam suficientes para mais 15 dias apenas.

Alexandria — Precipitação média, 468,3m. Parte da lavoura já está segura, diz o relatório, e cerca de 60% depende uma boa chuva. Apesar do ataque da lagarta, o algodão está reagindo bem. A pastagem é boa, pelo menos em parte do município. O gado está gordo e, mesmo sendo o município de melhor situação no Estado, há fome (depois do relatório, a situação mudou e ocorreram invasões).

Seridó — Jardim de Piranhas, Caicó, Jardim do Seridó, Acari, Cruzeta, São Vicente, Florânia, Currais Novos. Aqui estão os municípios analisados e as conclusões da comissão:

Caicó — Precipitação média, 316,8mm. Não há lavoura de milho e feijão. O algodão foi atacado pela lagarta, mas está em recuperação. Se chover muito, produzirá. Não existe pastagem. O rebanho começa a emagrecer. Há tensão social. O Prefeito distribuiu alimentos, mas não tem condições de abrir frentes de trabalho. Pessoas de municípios vizinhos, também atingidos pela sêca, chegaram à cidade.

Jardim do Seridó — Precipitação média, 321mm. Não há lavoura de subsistência. O ataque da lagarta de fôlha prejudicou

o algodão. Com muita chuva poderá haver uma meia produção. As pastagens desapareceram e o gado está magro. Há fome na população. A Prefeitura pode abrir frentes de trabalho, mas os recursos estarão esgotados em duas semanas.

Cruzeta — Precipitação média, 305,2mm. Lavoura parcialmente perdida. Algodão em recuperação Pastagens bem começadas, suficiente por mais algum tempo. Choveu há alguns dias, 54mm, abrindo novas perspectivas. Mesmo assim há falta de alimentos, de trabalho e de recursos, como em Acari.

Florânia — Precipitação média 220mm. Nas culturas da serra de Florânia, pode haver produção de milho e feijão, se caírem novas chuvas. Há pouca pastagem. O rebanho está magro. Há mendigos em quantidade pelas ruas. O Prefeito distribuiu gêneros com 380 pessoas.

Currais Novos — Precipitação média, 230,5mm. A lavoura de subsistência acabou-se. O algodão apresenta possibilidades de produzir, com novas chuvas. Não existe pastagem. O rebanho passa fome, e os homens também, mas as minas da região aliviam um pouco a situação.

Agreste e Litoral — Nesta região, foram visitadas as cidades de Campo Redondo, Santa Cruz, Tangará, Pte. Juscelino, Senador Elói de Souza, Bom Jesus e Macaíba. Apenas um cidade foi estudada detalhadamente:

Santa Cruz — Precipitação média, 178mm. Não há nenhuma safra garantida. Se voltar a chover regularmente, haverá produção de milho e de feijão, calculada em 50% das previsões. A pastagem está começada. O rebanho está sem condições de engordar e continua magro. Há suspeita de aftosa na região. Há muita gente procurando trabalho, porque não encontra mais alimentos. A Prefeitura atendeu a alguns, mas a situação tende a se agravar, com a vinda de flagelados de municípios vizinhos.

A seca já castigou o Estado. O inverno está chegando tarde.

Como toda a humanidade, o matuto nordestino também olhou muito para o céu, durante as últimas semanas. Como toda a humanidade, ele também rezou e pediu. Mas, enquanto o resto do mundo condicionado pelos meios massivos de informação, emocionava-se com o drama vivido pelos astronautas americanos, o homem do Interior olhava o céu sem nuvens e sofria, em silêncio o seu próprio drama. E, agora que as chuvas chegaram, o homem do Interior não ficou tão alegre. Seus prejuízos serão, mais uma vez, acentuados.

Como nos filmes coloridos de Hollywood, a estória dos astronautas teve um final feliz: os rostos corados dos tripulantes da Apollo XIII nas telas de TV. Para o nordestino, o resultado lembra o drama negro das tragédias gregas, os rostos dos filhos amarelecidos pela fome: é a chuva tardia que não salvou sua lavoura.

Cautela — Há uma excessiva cautela em todos nos últimos dias. A situação é real, os fatos se sucedem, mas as bocas calam na hora de se dizer a verdade. A hesitação existe na Sudene, no Governo do Estado e nos órgãos federais, embora desapareça no linguajar simples dos Prefeitos, que se desesperam e procuram as autoridades para dizer o que existe em seus municípios, onde as pragas da largata da folha acabaram com a lavoura e o gado mostra, nas costelas salientes, a evidência do que apenas é susurrado nos corredores das repartições.

A seca existiu no Rio Grande do Norte, comprovada oficialmente em relatório entregue ao governador Walfredo Gurgel pelos agrônomos Cácio Medeiros, Luiz Gonzaga Moreira e Laércio Bezerra de Araújo, que fizeram uma viagem de inspeção durante três dias, visitando cerca de 50 municípios em missão oficial.

O que eles disseram no relatório — embora a palavra seca não fosse pronunciada nunca, sendo amenizada pela palavra **estiagem** — levou o monsenhor Walfredo Gurgel imediatamente ao Recife, a fim de mostrar ao Superintendente-adjunto da Sudene, Antônio Pinto, o que a falta de chuvas fez ao Rio Grande do Norte.

O relatório tem 28 páginas e é uma radiografia minuciosa do Estado, revelando que em certos municípios, como Pedra Preta e Pedro Avelino, não haverá safra

nenhuma este ano, mesmo que as chuvas voltem a cair. Com raríssimas exceções — o relatório cita Alexandria —, o retorno das chuvas não modificará muito as coisas, pois cerca de 50% das safras estão perdidas. Ou 100%, como acontece em Lages.

Apenas sete cópias foram tiradas do relatório oficial, datilografadas apressadamente na Secretaria da Agricultura até altas horas da noite. No dia seguinte, o Governador levou o documento à Sudene.

Providências — A primeira medida tomada pela Sudene foi liberar grande quantidade de gêneros alimentícios, que estão sendo utilizados para matar a fome dos habitantes de Pedro Avelino, Lages, São Miguel, Pau dos Ferros, Florânia, Santana do Matos, Cerro Corá e Barcelona.

Contudo, a Sudene não se convenceu inteiramente de que a seca existia. O superintendente-adjunto declarou ao monsenhor Walfredo que vai aguardar até o começo de maio. Se não chover até lá, a seca existirá oficialmente, e o Plano de Emergência será pôsto em ação, pela primeira vez desde a criação do órgão (RN-Econômico nº 7).

A cada dia porém, a tensão aumentava no Interior. O relatório afirmou que em Alexandria não havia qualquer problema mais grave. Menos de três dias depois de ser concluído o documento, 500 pessoas famintas invadiram a cidade, aproveitando a realização da feira semanal. O Prefeito, alarmado, ainda conseguiu atender a mais de 400. Em São Miguel — que não constou do roteiro da comissão —, também ocorreu invasão, bem como em Coronel João Pessoa, Florânia, São Paulo do Potengi, Mossoró e muitas outras cidades.

Centro-Norte — Na região Centro-Norte, os técnicos visita-

ram sete municípios: João Câmara, Pedra Preta, Jardim de Angicos, Pedro Avelino, Santana do Matos e Lages. Eis a situação de cada um deles:

João Câmara — Precipitação média, do começo do ano até abril, 246,9mm. A lavoura ainda resiste e, se chover em uma semana, 80% dela estão garantidos. Mas o algodão está fortemente atacado pela lagarta. A pastagem está bem, dependendo de chuvas, o rebanho está em bom estado. Há tensão social, porém, entre a população, pois há falta de alimento e não existe frente de trabalho.

Pedra Preta — Precipitação média de 159,7mm. A lavoura está praticamente destruída e, mesmo que as chuvas voltem a cair, não haverá recuperação. O algodão foi atacado pela lagarta, não há pastagem. O rebanho está magro e passando fome. A população está faminta, embora não tenha havido nenhum movimento até agora. Não há frentes de trabalho.

Jardim de Angicos — O relatório não descreve a situação.

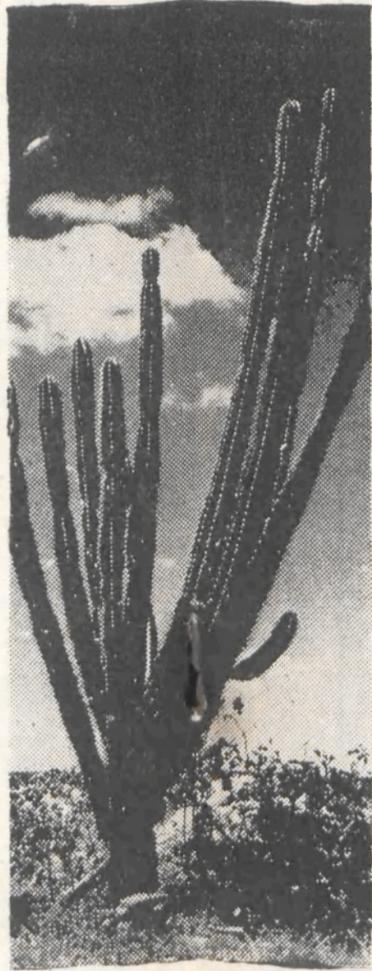
Pedro Avelino — Precipitação média, 213,9mm. A lavoura de cereais está totalmente perdida. Mesmo chovendo, não há mais tempo para novos plantios. Algodão atacado pela lagarta e sem condições de produzir. Não existe pastagem e o rebanho está em situação crítica. Há fome entre a população e uma grande preocupação é o problema d'água, pois o que existe é um pequeno depósito no porão de um açude, quase uma lama.

Santana do Matos — Precipitação média, 171,2mm. A lavoura de gêneros alimentícios está perdida. A da serra ainda pode ser salva em parte, contudo. O algodão pode dar uma pequena safra, pois foi atacado pela lagarta. Existe uma pequena babugem, que poderá transformar-se numa pastagem capaz de sustentar os rebanhos, que não está muito gordo. A população tem fome. Não há feijão na feira, que explora no preço de gêneros de primeira necessidade.

Lages — Precipitação média, 55mm (o município mais sêco do Estado manteve a tradição). Não há lavoura de subsistência. Além da estiagem, o algodão foi atacado pela lagarta. Não há perspectiva de safra. Rebanho magro e sem alimentação para o seu sustento. A fome é tanta que a população está recorrendo ao xique-xique. A água que existe é de mendigos e muito grande, de péssima qualidade e suficiente para dois ou três meses.

Vale do Açú — A comissão visitou as cidades de São Rafael, Ipanguaçu, Açú na região do vale do Açú. Eis o resultado:

São Rafael — Precipitação média, 278,8mm. Apenas o feijão



A seca esteve entre nós e causou pânico

ainda pode ser salvo, das culturas de subsistência, assim mesmo se chover em uma semana. O algodão, como não podia deixar de acontecer, foi atacado pela lagarta da folha (curuquerê). Com novas chuvas, poderá dar uma pequena safra. Quanto às pastagens, existe uma rala babugem. O rebanho apresenta boas condições. A Prefeitura está atendendo aos que a procuram, com alimentos comprados no comércio. As pesquisas (malocagem) de minérios e a exploração do mármore existente na região tem absorvido parte da mão-de-obra, segundo o relatório.

Ipanguaçu — Precipitação média, 268,5mm. Lavoura perdida. As pastagens resumem-se numa babugem maltratada pela seca. Contudo, o rebanho está em bom estado. Há tensão social e diz-se que a população rural tem muita fome. Houve aglomerações na cidade, contornadas pelo Prefeito, mas teme-se que aconteça outra vez.

Açú — Precipitação média, 268,5. Cultura de subsistência prejudicada. A babugem poderá transformar-se em meia pastagem, se chover. O rebanho apresenta condições regulares. Há tensão social e muita fome. Houve uma aglomeração e foram distribuídos alimentos. Pode haver novos movimentos. Os proprietários não podem pagar os empréstimos contraídos com os bancos oficiais.

Chapada do Apodi/Serrana — Nesta região, a comissão percorreu as cidades de Mossoró, Dix-Sept Rosado, Apodi, Felipe Guerra, Severino Melo, Itaú, Rodolfo Fernandes, Riacho da Cruz, Taboleiro Grande, São Francisco do Oeste, Pau dos Ferros, Rafael Fernandes, José da Penha, Marcelino Vieira, Pilões, José Dias, Alexandria, Frutuoso Gomes, Antônio Martins, Almino Afonso, Lucrécia, Patu, Junco, Rafael Goedeiro e Janduí. A análise foi feita nos seguintes municípios, suficientes para se ter uma idéia da seca na região.

Apodi — Precipitação média, 224,7mm. O feijão e o milho po-

Reportagem de DJAIR DANTAS

derão ser salvos, se chover logo. Há uma pastagem razoável, mas depende de chuvas para subsistir. Rebanho razoavelmente alimentado. Colheitas retardadas trouxeram fome no meio rural, mas não há indícios de tensão.

Itaú — Precipitação média 162,2mm. A situação, em geral, assemelha-se a de Apodi, segundo o relatório, mas na cidade não há água. A que existe no açude está poluída.

Pau dos Ferros — Precipitação média, 258mm. Lavoura dependendo de chuvas. O algodão foi atacado pela lagarta e, caso chova, poderá dar uma meia safra. Também das chuvas dependem as pastagens. O rebanho está bem. Na cidade, o número mas a Prefeitura já está atendendo a 220 homens, embora os recursos sejam suficientes para mais 15 dias apenas.

Alexandria — Precipitação média, 468,3m. Parte da lavoura já está segura, diz o relatório, e cerca de 60% depende uma boa chuva. Apesar do ataque da lagarta, o algodão está reagindo bem. A pastagem é boa, pelo menos em parte do município. O gado está gordo e, mesmo sendo o município de melhor situação no Estado, há fome (depois do relatório, a situação mudou e ocorreram invasões).

Seridó — Jardim de Piranhas, Caicó, Jardim do Seridó, Acari, Cruzeta, São Vicente, Florânia, Currais Novos. Aqui estão os municípios analisados e as conclusões da comissão:

Caicó — Precipitação média, 316,8mm. Não há lavoura de milho e feijão. O algodão foi atacado pela lagarta, mas está em recuperação. Se chover muito, produzirá. Não existe pastagem. O rebanho começa a emagrecer. Há tensão social. O Prefeito distribuiu alimentos, mas não tem condições de abrir frentes de trabalho. Pessoas de municípios vizinhos, chegaram à cidade.

Jardim do Seridó — Precipitação média, 321mm. Não há lavoura de subsistência. O ataque da lagarta de folha prejudicou

o algodão. Com muita chuva poderá haver uma meia produção. As pastagens desapareceram e o gado está magro. Há fome na população. A Prefeitura pode abrir frentes de trabalho, mas os recursos estarão esgotados em duas semanas.

Cruzeta — Precipitação média, 305,2mm. Lavoura parcialmente perdida. Algodão em recuperação Pastagens bem começadas, suficiente por mais algum tempo. Choveu há alguns dias, 54mm, abrindo novas perspectivas. Mesmo assim há falta de alimentos, de trabalho e de recursos, como em Acari.

Florânia — Precipitação média 220mm. Nas culturas da serra de Florânia, pode haver produção de milho e feijão, se caírem novas chuvas. Há pouca pastagem. O rebanho está magro. Há mendigos em quantidade pelas ruas. O Prefeito distribuiu gêneros com 380 pessoas.

Currais Novos — Precipitação média, 230,5mm. A lavoura de subsistência acabou-se. O algodão apresenta possibilidades de produzir, com novas chuvas. Não existe pastagem. O rebanho passa fome, e os homens também, mas as minas da região aliviam um pouco a situação.

Agreste e Litoral — Nesta região, foram visitadas as cidades de Campo Redondo, Santa Cruz, Tangará, Pte. Juscelino, Senador Elói de Souza, Bom Jesus e Macaíba. Apenas um cidade foi estudada detalhadamente:

Santa Cruz — Precipitação média, 178mm. Não há nenhuma safra garantida. Se voltar a chover regularmente, haverá produção de milho e de feijão, calculada em 50% das previsões. A pastagem está começada. O rebanho está sem condições de engordar e continua magro. Há suspeita de aftosa na região. Há muita gente procurando trabalho, porque não encontra mais alimentos. A Prefeitura atendeu a alguns, mas a situação tende a se agravar, com a vinda de flagelados de municípios vizinhos.

Venda a quem pode comprar

RN-Econômico

garante ao seu anúncio um aproveitamento **total** porque:

1. nossos leitores são os homens que dirigem a atividade privada do Rio Grande do Norte, são os empresários e os profissionais liberais, que constituem a elite dos consumidores;
2. nosso sistema de entrega é direto, isto é, os nossos assinantes recebem o **RN-Econômico** em seu próprio escritório, numa distribuição sem falhas;
3. os assuntos da nossa revista são de alto interesse para a empresa privada e para outros setores sociais e econômicos a ela ligados;
4. **RN-Econômico** é enviada para outros Estados. É a nossa revista que informa à Sudene, aos bancos, aos ministérios, às associações comerciais de todo o país, o que está acontecendo no Rio Grande do Norte;
5. a tiragem de **RN-Econômico** não fica muito aquém da tiragem dos jornais locais.

Para a publicação dos anúncios, dos editais, dos balanços da sua empresa:
RN-Econômico - Revista Quinzenal
para Homens de Negócio.

Rio Grande do Norte tem enxofre

A ocorrência de enxofre registrada no município de João Câmara, recentemente, é a de número três em todo o Brasil. Duas delas foram no Rio Grande do Norte — a outra na localidade conhecida como “Trangola” no município de Currais Novos — e a terceira no município de Potiraguá, Sul da Bahia. A ocorrência de “Trangola” e a de Potiraguá são insignificantes na quantidade de minério, Prevê-se o mesmo para a de João Câmara.

O minério do enxofre, para o Brasil, é da maior importância. Anualmente o País importa do exterior mais de 250 mil toneladas do minério ao preço de 50 dólares por tonelada, o que representa 12 milhões e 500 mil dólares ou — aproximadamente — 62 milhões e 500 mil cruzeiros novos, em dinheiro que sai do País só com estas importações. A descoberta de uma mina de enxofre representaria uma economia substancial de divisas.

Importância — Segundo Sylvio Froes Abreu

em seu livro “Recursos Minerais do Brasil”, publicado em 1960, “é difícil encontrar um produto industrial no qual o enxofre não tenha interferido nalguma fase do processo de fabricação”.

O chamado **enxofre elementar** é um dos componentes da pólvora negra, é empregado em larga escala no combate às pragas da lavoura, é utilizado no preparo da celulose, é empregado no fabrico do sulfeto de carbono, também em muitas preparações medicinais e inúmeros produtos químicos. O composto mais importante do enxofre é o ácido sulfúrico, conhecido como “o pão da indústria” e, segundo alguns, seu consumo indica o desenvolvimento industrial de uma nação. Um detalhe importante: mais de 80 por cento do enxofre produzido no mundo destina-se à fabricação de ácido sulfúrico. Outro detalhe sobre o ácido sulfúrico que revela a importância ainda maior do enxofre: é usado no fabrico de fertilizantes, de ácidos e sais minerais, de explosivos, corantes, in-

seticidas, além de ser muito empregado na metalurgia, refinação de petróleo e em diversos ramos da petroquímica.

Nacional — Nos anos 50, segundo uma estimativa da Comissão de Enxofre, o consumo nacional foi empregado na fabricação de ácido sulfúrico, 65 por cento; indústrias químicas, 15 por cento; preparo de celulose, 7,5 por cento; fabricação de inseticida, 3,5%; pólvora e pirotécnica 2,0%; artefatos de borracha, 2,0%; diversos, 5,0%.

O Nosso Enxofre — O Departamento Técnico da Cofern, enviou o geólogo Edgar Dantas até João Câmara para examinar a descoberta de enxofre naquela cidade. Antes de viajar êle alertava os jornalistas: “é perigoso anunciar qualquer coisa com maior estardalhaço sobre o enxofre que foi encontrado em João Câmara; ainda vamos fazer a verificação”. E, em tom de brincadeira: “precisamos ver se o minério já estava lá ou foi alguém que jogou ali”. E explicou:

Dada a inexistência do minério de enxofre no Brasil, se anunciar a descoberta de um filão no Rio Grande do Norte pode se constituir numa inverdade. Esse minério é muito importante para o País. Amanhã direi qualquer coisa de mais positivo sobre a “mina”.

E no outro dia nada de definitivo ainda. O material recolhido tinha que ser devidamente analisado. Caso a descoberta fosse realmente de um filão de enxofre, seria da maior importância para o País pois o volume de importações diminuiria e igualmente para João Câmara que poderia voltar aos tempos áureos quando a “Usina João Câmara Indústria e Comércio” era o sustentáculo da cidade.

Após tôdas as análises, o resultado final: o Brasil, no que depender do enxofre encontrado em João Câmara continuará com o mesmo volume de importação e a cidade continuará a mesma. Tudo não passa de uma ocorrência.

Curso sobre Perspectivas do Desenvolvimento Global terá início a 4 de maio

A Fundação José Augustos, em conjunto com a Sociedade Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM), vai promover a partir de 4 de maio um curso intensivo sobre “Perspectivas do Desenvolvimento Global”, com a presença de sociólogos e economistas de renome no país, dentre os quais o professor Gilberto Osório de Andrade, Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Sudene.

O curso será frequentado por cerca de duzentos estudantes universitários, técnicos e pessoas interessadas em assuntos econômicos e sociais, conforme informou a Secretaria da Fundação José Augustos, que até o dia 29 último já havia recebido inscrições de quase 160 pessoas.

PROGRAMA

É o seguinte o programa do curso sobre “Perspectivas do Desenvolvimento Global”:

DIA 4 DE MAIO

9:00 horas — Instalação do curso; considerações acerca dos objetivos, pelo Pe. Itamar de Souza, diretor da Faculdade de Sociologia e Política; apresentação dos conferencistas, pela so-

cióloga Flórida Mariana Accioly Rodrigues, assessora técnica do Departamento de Educação da BEMFAM.

9:30 horas — “Integração da Universidade no Processo de Desenvolvimento”, pelo professor Antônio Carlos Palhares Moreira Reis, professor da Universidade Federal de Pernambuco.

10:00 horas — “A Igreja e o Desenvolvimento” pelo frei Clarêncio Neotti, redator da Revista Vozes.

19:00 horas — “Aspectos Sócio-Econômicos do Desenvolvimento”, pelo Pe. Calderan Beltrão, professor de Demografia e Sociologia da Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

20:15 horas — “Integração do Estado do Rio Grande do Norte no Processo de Desenvolvimento”, pelo economista Ademir de Medeiros Neto, Secretário de Planejamento.

DIA 5 DE MAIO

9:00 horas — “O Planejamento Familiar no Processo do Desenvolvimento” (aspectos éticos, médicos e legais), pelo professor Ivo Carlos Arnt, do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Ginecologia da Universidade Federal do Paraná.

10:00 horas — “Relação entre Crescimento de População e seu Desenvolvimento Sócio-Cultural”, pelo Pe. Calderan Beltrão.

10:45 horas — “A População Brasileira, Evolução, Características e Demandas”, pelo professor Manoel Augusto Costa, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas e coordenador do Setor de Demografia do IPEA.

DIA 7 DE MAIO — Conclusão do curso, com entrega de certificados de frequência.

Já eletrificado, falta pouco para o vale do Açu ser aproveitado em todo o seu potencial agrícola. A terra é fértil, a água é abundante no subsolo. Agora é só dar ao homem as condições de trabalho.

Chegou a hora do Vale do Açu

A Assembléia Legislativa, em razão da escassez das chuvas no Nordeste e no Estado, problema que tem provocado graves tensões sociais nas áreas rurais do Rio Grande do Norte, recebeu através da Comissão de Desenvolvimento Econômico, sugestões dos senhores deputados, visualizando uma sublimação de opiniões que pudessem servir de subsídio ao Poder Executivo para o Plano de Emergência que seria efetuado no Estado. Além das obras de infraestrutura: 1) barragem do Oiticica, obra básica da conquista das águas do Rio Piranhas, disciplinadora de todo o baixo sistema Açu; 2) barragem Alagamar, no Município de Carnaubais; 3) estrada vicinal Açu-Carnaubais-Ipanguaçu-Alto Rodrigues — Pendências, segurança da comercialização dos produtos do vale; 9) financiamento aos proprietários rurais, para que a iniciativa privada tenha condições de fazer a propriedade cumprir sua função social, através de crédito especializado, gerando, pela seiva creditícia, mercado de trabalho tão necessário agora, e criando condições de riqueza para o futuro, chamamos a atenção do Poder Legislativo, com toda a ênfase, para o vale do Açu, que a curto prazo, pelas suas potencialidades conhecidas, poderia transformar grandes áreas de terras de aluvião propícias para a irrigação, hoje ainda consideradas como bem de moradia, no grande palco de trabalho da produção de bens de consumo, tão úteis ao Nordeste e sobretudo ao Estado.

A vocação das terras de vale, em todo o mundo, é a produção agrícola-pastoril, e ali, onde o trinômio energia/água/solo é a segurança para o trabalho da agricultura irrigada. Sabido é que o Governo Federal implantou no vale do Açu, através do INDA, uma obra pioneira no Rio Grande do Norte: a eletrificação rural; cuja primeira etapa, pelas mãos do general Tácito de Oliveira, Superintendente da SUDENE, a primeiro de maio de 1969 entregou aos obreiros do campo a grande mensagem revolucionária, cobrindo toda a área rural do Município. Esta mensagem foi agora renovada e ampliada pelo Ministro da Agricultura, que pessoalmente energizou, a 24 de março último, o vale de Ipanguaçu, parte integrante daquela região, entregando aos que ali amam a terra, o mais valioso, o mais potente instrumento de trabalho que a técnica poderia apontar ao Governo, para com o seu uso, o povo quebrar os grilhões da pobreza e do atraso, e iniciar o período áureo do desenvolvimento, objetivo comum do grande esforço nacional nos dias que vivemos.

Cabe-nos, agora, geração presente, a grande missão de completar o gigantesco esforço do Governo e através do homem/terra/técnica/capital entrar na plena conquista da terra, promovendo o bem estar sócio-econômico dos seus habitantes através da produtividade agropecuária de que o Estado tanto necessita. O crédito é o grande estrangulamento da vida rural do Estado, nos dias atuais, pois o agricultor, arrodado de dificuldades e vicissitudes, não tem podido chegar a tempo com os seus compromissos, gerando a estagnação da nossa vida rural, já que a poupança não existe para novos investimentos. O programa de eletrificação do vale, é visto pelo crivo técnico, como projeto de alto cunho sócio-econômico, pois o INDA financiou noventa por cento, prazo 18 anos, 3 anos carência, 10 por

EDGAR MONTENEGRO

Deputado à Assembléia Legislativa do Estado e Presidente da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Açu (Codeva)

cento/ano de juro, sem correção monetária. A região aglutinou-se em torno da cooperativa de eletrificação rural, órgão reconhecido pelo Ministério das Minas e Energia, registrada no INDA, e com autorização da permissionária no Rio Grande do Norte — a COSERN — para redistribuir energia em todos os municípios de sua jurisdição. A cooperativa deu exemplo ao Brasil, sendo apontada pelas suas congêneres como uma das que maior número de agricultores reuniu na fase de quando a nova mensagem era ainda desconhecida.

Hoje, cerca de quatrocentas propriedades, cobrindo área de 2 mil hectares, poderão ser energizadas de imediato, desde que tenha o agricultor condições para:

1) Entrar 10% Cooperativa para média 10 KVA	NCr\$ 1.200,00
2) Um cacimão	NCr\$ 2.000,00
3) Eletrobomba	NCr\$ 1.500,00
4) Canais	NCr\$ 1.500,00
5) Nivelamento solo	NCr\$ 500,00
Soma	 NCr\$ 6.760,00

(Custo do investimento para irrigar 6 hectares)

Possui o vale 40 mil hectares de terra, sendo que dos de seus municípios se encontram, pela ação do Governo, com energia em suas áreas rurais. Existem, no entanto, apenas 42 propriedades agrícolas no pleno uso da energia. Renovo, aqui, os pronunciamentos anteriores no "rush" de mensagens que temos recebido no curso dos últimos quatro anos, apontando-se às vistas do povo, cooperativismo, sindicalismo, educação, estradas, eletrificação rural e previdência, num conjunto de escrituras, capaz de acionar o soerguimento econômico daquela área do Estado, e conseqüentemente do seu povo.

Se os que estudam a mais discutida área do Brasil — o Nordeste — apontam a média e pequena açudagem como profilaxia e combate às secas, que dizer da irrigação, que trará resultados imediatos, limitados apenas pelo ciclo vegetativo de cada cultura a explorar. Reafirmo a confiança redobrada nos organismos de planificação do Governo que teve condições de concretizar ali sonho de gerações, fazendo o futuro chegar aos 60 mil habitantes da região.

Muito mais fácil, agora, de com a energia que mudou até a fisionomia da própria terra pelos fios espalhados a céu-aberto, pelo solo ubérrimo onde pisamos, pelos bilhões de metros cúbicos d'água armazenados e à nossa disposição, possamos nós, norte-rio-grandenses desta geração, assistirmos aquilo que se constituiu inspiração de poetas, luta de abnegados, trabalho assíduo de muitos que hoje já não existem, pela imprensa, pela tribuna, mas, inspirados todos, no paradoxo gritante, de sermos uma região encravada em pleno polígono das secas, possuidora de um lençol d'água inesgotável e de terras propícias para que ali se funde o celeiro da produção agrícola do Rio Grande do Norte, já que ali todos dizem numa mensagem de confiança que passa de conterrâneo a conterrâneo dizendo uns aos outros: "de fato, o nosso futuro chegou".

Núcleo de Assistência Industrial (NAI)

Um Banco coloca técnicos a disposição das emprêsas

São jovens com idades variando entre os 25 a 34 anos. Cinco são economistas, um é engenheiro, têm cursos de pós-graduação no Brasil e, alguns também no exterior. Num período de trabalho curto — no máximo 60 dias — eles podem fazer duplicar a produção de uma pequena ou média emprêsa. Atenção, isto não é um anúncio, e o NAI, Núcleo de Assistência Industrial, órgão do Banco do Rio Grande do Norte criado para prestar assistência às pequenas e médias emprêsas do Estado.

Em nove meses de atividades, o NAI presta assistência técnica a 13 emprêsas, com trabalhos já concluídos; outras quatro emprêsas, no mesmo campo estão sendo assistidas pelo Nucleo e mais duas aguardam disponibilidade de equipe. Já foram elaborados pelo NAI cinco projetos sumários, quatro diagnósticos e uma carta proposta. Em síntese com nove meses de atividade o Núcleo de Assistência Industrial prestou serviços a 26 emprêsas do Rio Grande do Norte.

Finalidades — Pela portaria 0170 do Ministério do Interior foram estabelecidas normas para financiamentos a pequenas e médias emprêsas da região Nordeste. A Sudene, face a isto, resolveu solicitar aos Estados a criação de organismos técnicos para orientar a aplicação destes recursos de financiamentos. Para isto abriu cursos para engenheiros e economistas — especialistas em assistência técnica a pequena e média emprêsas em colaboração com o Governo Holandês através do Instituto Delft. Os cursos foram realizados em 68 no Recife, 69 em Fortaleza e no primeiro semestre de 70 deverá ocorrer mais um, desta feita em Salvador. Os cursos visam a formação de técnicos para os organismos técnicos criados pelos Estados para o desenvolvimento do

Programa disciplinado pela Portaria Ministerial.

Em 8 de agosto de 1969, instalava-se no Banco do Rio Grande do Norte o Núcleo de Assistência Industrial, com finalidade de prestar assistência técnica; preparar documentos específicos para efeito de financiamentos; elaborar perfis industriais; elaboração de documentos (projetos sumários, diagnósticos de situação e cartas propostas); áreas de produção, administração, vendas e custos industriais.

Contratar — A solicitação de tais serviços para serem executados pelo NAI é simples, sem qualquer entrave burocrático. Até uma simples carta solicitando a assistência dos técnicos deste departamento é o suficiente para que uma equipe técnica se desloque até à emprêsa, passando ali a trabalhar. É feito todo um levantamento das condições da emprêsa para que daí venha a ocorrer uma análise dos problemas da indústria e sejam apresentadas soluções para os seus problemas.

A Confecções Reis Magos foi uma das empresas que já contou com os trabalhos técnicos do NAI. Recentemente enviou carta àquele Núcleo agradecendo os trabalhos ali procedidos e comunicando que, após eles, a produção industrial da firma subiu em mais de 100 por cento, sem que para isso fôsse necessário admitir ou demitir qualquer funcionário.

Os conceitos — A conceituação de pequena e média indústria é estipulada de acordo com o salário mínimo da região. Todas as emprêsas cujo capital não ultrapasse a 10 mil vezes o maior salário mínimo regional está nesta faixa.

Para as emprêsas cujo capital atinge até 500 vezes o maior sa-

lário mínimo o NAI executa serviços denominados "carta-proposta" encerrando a situação da emprêsa e dando solução aos seus problemas como saída para o seu progressivo desenvolvimento. De 500 até 1500 vezes o salário mínimo, é feito um diagnóstico de situação que define em linhas gerais a real situação da emprêsa com a respectiva análise e apontando caminhos. Já na parte de projetos sumários, o NAI analisa, elabora e dá o parecer final, mesmo em Natal, para os financiamentos pretendidos enviando apenas a "memoria" da análise para a Sudene, a fim de que se proceda a liberação de recursos.

Para a elaboração de documentos o NAI cobra 1% sobre o financiamento que através dele seja pretendido. Já no campo da assistência técnica, o máximo é de 1 mil cruzeiros novos, para um trabalho realizado por um ou mais técnicos num espaço de tempo que atinge até 60 dias.

Análise — A parte final de todo o trabalho realizado pelo NAI é a elaboração do projeto pretendido que daí é apresentado ao Setor de Análises de Projetos do Departamento Industrial do Bandern. Após a aprovação os recursos são liberados através do Banco do Rio Grande do Norte que é o agente financeiro, competindo ao Núcleo de Assistência Industrial fazer a comprovação e orientação do crédito concedido.

Bolsas — Além de sua atividade junto à pequena e média indústrias o NAI tem também um programa de treinamento de universitários do ramo das Ciências Econômicas e da Engenharia no setor de assistência técnica às pequenas médias emprêsas. São quatro bolsistas de Engenharia e um de Economia que acompanham os técnicos nos serviços que executam nas emprêsas.

RN-ECONÔMICO

Revista Quinzenal - N. 12 - 16 a 30 de abril

Senhor Empresário:

Com este número de RN-ECONÔMICO completamos o nosso primeiro semestre de atividade, com doze números da nossa revista informando aos meios empresariais do Rio Grande do Norte, de maneira objetiva e prática, o que ocorre nos meios sócio-econômicos do Estado. Esses primeiros seis meses de vida foram difíceis, exigiram sacrifícios. Porém, nos deram um lugar na consideração do público, que reconhece RN-ECONÔMICO como uma publicação séria, otimista e renovadora dos padrões informativos da imprensa de Natal. E o público valorizou nossa luta por diversas vezes. Por exemplo, quando esgotou o nosso último número em todas as bancas.

Iniciamos o nosso segundo semestre de trabalho dispostos a produzir o melhor, a melhorar a feição gráfica da revista, a aumentar o seu número de páginas, a criar novas seções de informes úteis aos nossos leitores, a elevar a nossa tiragem, a colher assinaturas em todos os quadrantes do Rio Grande do Norte. Para fazer tudo isto, contamos a partir de agora com mais um Diretor — o jornalista Cassiano Arruda — que cuidará da parte comercial do nosso empreendimento. Aumentamos a nossa coluna de Colaboradores e ampliamos o quadro de repórteres. Enfim, estamos tomando as medidas certas para o crescimento planejado. O apoio à atividade privada, a valorização do trabalho do homem de empresa do Rio Grande do Norte continuará a ser a bandeira do RN-ECONÔMICO.

Marcos Aurélio de Sá
Diretor

Receba RN-Econômico

em seu próprio escritório, através de um sistema de distribuição eficiente. Faça a sua assinatura semestral por apenas NCr\$ 15,00 na

Editora RN-Econômico Ltda.

Rua Seridó, 426 — 1.º andar

Diretor de Redação

Marcos Aurélio de Sá

Diretor Administrativo

Marcelo Fernandes

Diretor Comercial

Cassiano Arruda
Câmara

Redatores

Antônio Melo
Alcimar de Almeida
Djair Dantas
João Gualberto Aguiar

Colaboradores

Ademar de Medeiros Netto
Benivaldo Azevedo
Cortez Pereira
Edgar Montenegro
Eider Furtado
Francisco C. Queiroz
Geraldo José de Melo
Hênio Melo
Heyder Moura
João Batista Cascudo Rodrigues
João Wilson M. Melo
Jomar Alecrim
Leonardo Bezerra
Mário Moacyr Pôrto
Moacyr Duarte
Ney Lopes de Souza
Otto de Brito Guerra
Reginaldo Teófilo
Severino de Brito

Depart. Fotográfico

Jaeci Emerenciano

Arte

Antônio Lopes

RN-Econômico, revista, especializada em assuntos econômicos, financeiros e políticos, é de propriedade da Editora RN-Econômico Ltda. — Rua Seridó, 426. 1º andar, Natal (RN) — e impressa na Gráfica Manimbú — Rua Açú, 666, Natal-RN — Preço do exemplar: NCr\$ 1,50. — Números atrasados: NCr\$ 2,00 — Preço da Assinatura Semestral: NCr\$ 15,00.

Primeiro passo da empresa que nasce: a JUNTA COMERCIAL

Uma empresa, sobre certo aspecto, é como uma pessoa. Requer um registro para que oficialize a sua existência. Isso deve ser o primeiro passo para quem quiser ingressar na vida comercial, e que é dado na Rua Dr. Barata, 208, na Ribeira. Enquanto uma firma não efetua o seu registro na Junta Comercial do Estado ela tem uma existência de fato mas não de direito, não podendo gozar das prerrogativas que lhe assegura toda uma legislação que teve seu início no ano de 1850, em todo o Brasil, a partir de quando o Governo sentiu a necessidade de organizar o funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

"A Junta Comercial é um órgão híbrido", diz o snr. Dantas Guedes, Presidente da entidade. Isso porque ela é criada e segue a orientação técnica do Ministério da Indústria e Comércio, cabendo entretanto, a sua observação administrativa ao Governo do Estado que nomeia os seus membros diretores, destina recursos financeiros para mantê-la e aprova o seu regulamento, adaptando-o às normas criadas pelo Governo Federal e às circunstâncias locais. A estrutura da Junta Comercial é composta de Presidência, Plenário, Secretaria Geral e Procuradoria Jurídica. A Presidência é o órgão diretivo e representativo; o Plenário é o deliberativo; a Secretaria Geral é, por excelência de funções administrativas; enquanto a Procuradoria Jurídica tem a incumbência fiscalizadora do cumprimento das leis pela própria Junta. De quatro em quatro anos, o Governador do Estado faz a nomeação dos membros do Conselho,

chamados vogais, entre os quais nomeia também o Presidente e o Vice-Presidente. A nomeação dos vogais é feita entre representantes das diversas associações de classe que enviam os nomes dos mesmos ao Chefe do Executivo através de lista triplíce, da qual será escolhido o representante de cada uma das associações referidas.

COMO FUNCIONA

Uma firma que não tenha sido registrada não pode utilizar dos benefícios da concordata preventiva; seus livros de escrituração não têm fé pública; não pode participar de concorrências públicas; nem pode se beneficiar de incentivos administrados pela Sudene ou órgãos semelhantes. Daí porque as firmas devem ser inscritas na Junta Comercial, adquirindo com isso uma segurança legal e podendo participar igualmente de todas as formas de contrato que o Direito Comercial envolve.

Há no serviço da Junta uma atenção no sentido de evitar o registro de pessoas inidôneas, razão porque os processos às vezes exigem mais um pouco de trabalho até que alcance o seu deferimento. Ocorre até o fato de, em alguns casos, ser preciso tirar documentos noutros Estados provando que a firma não foi sentenciada. É o artigo 71, da Lei do Registro de Comércio, que diz serem impedimentos para registro: a pessoa processada ou que tenha sido condenada pela prática de crimes que vetem, ainda que de modo temporário, o acesso a funções ou cargos públicos; falência culposa ou fraudulenta, ou ainda crime contra a propriedade e a economia populares, e que tenha títulos protestados não liquidados.

A Junta Comercial do Rio Grande do Norte tem o seu plenário dividido em duas turmas. Uma se reúne às terças-feiras, e outra às quintas. São nesses dias que as solicitações de registro são estudadas e pareceres os mais diversos são emitidos, a pedido das firmas interessadas. O snr. Dantas Guedes, que assumiu a presidência em 1967, diz: "Naquele ano, 649 novas firmas foram registradas, em 68, mais 1.438; em 69 o número baixou um pouco, e neste ano já foram registrados 715 novos estabeleci-

mentos". Não há uma precisão quanto ao número de firmas existentes no Rio Grande do Norte, embora a Junta Comercial tenha registro de mais de 12 mil. Isso porque, até bem pouco não havia uma exigência maior com relação a esse registro. A Secretaria de Finanças expedia cartões de inscrição a quem interessasse sem examinar se a firma era registrada na Junta, daí havendo uma alienação quanto à exatidão desse número. Só no corrente ano, por exposição de motivos do atual Presidente da Junta o Governo do Estado, através da Secretaria de Finanças passou a exigir daquelas que sollicitam cartão de inscrição o comprovante de registro da firma".

As Juntas Comerciais podem ser descentralizadas, fazendo funcionar serviços através de delegacias no interior do Estado o que não é o caso do Rio Grande do Norte. "Embora as cidades de Mossoró e Caicó já tenham solicitado instalação de delegacias, ainda não estamos em condições de fazê-lo por conveniência da própria Junta", diz o snr. Dantas Guedes. O que existe entre nós são os coletores da Secretaria de Finanças do Estado com prerrogativas para receberem solicitação de registros à Junta, como prepostos da organização e trabalhando por conta própria.

POLÍTICA CERTA

"O Ministério da Indústria e Comércio está firmemente empenhado em dar às Juntas Comerciais um papel de maior importância e transformá-las em instrumentos de colaboração no desenvolvimento comercial", afirma o snr. Dantas Guedes. E prossegue, comentando o sistema arcaico como funcionavam as Juntas Comerciais, dizendo: — "Como exemplo do retrogradismo em que viveu até bem pouco tempo o sistema de Juntas, desde 1850 que se rubricavam todas as páginas dos livros comerciais e por uma proposição da representação do Rio Grande do Norte no encontro do ano passado o Governo baixou portaria no sentido de dispensar essa prática tão arcaica substituindo por uma autenticação nas primeira e última páginas de cada livro".

Reflexões sobre o Nordeste

CORTEZ PEREIRA

Professor de Economia Política da
Faculdade de Direito da UFRN

1 — A perspectiva de uma seca deu-nos, ao lado das preocupações naturais, razões mais sérias para reflexão e estudo. Referimo-nos à maior vulnerabilidade do Nordeste, mesmo depois de dez anos de progresso mais intenso.

2 — As estatísticas revelam que, na rede pavimentada nacional, nossa participação em 1959, era de 18,3% e que, em 1969 elevou-se para 28,1%; que na produção per capita de energia elétrica subimos de 14% para 26%; que no setor educacional, grande foi o esforço do Nordeste para compensar o tempo perdido, obtendo, nas matrículas do ensino médio, um aumento de 203% contra 175% obtido pelo Brasil. No ensino superior, crescemos à razão de 238%, enquanto, a nação como um todo, crescia 155%. Garantimos uma taxa de escolarização primária que, de 32% em 1958, elevou-se a 49% em 1968.

3 — O Nordeste completa, efetivamente, dez anos de progresso mais acelerado. Todavia, os primeiros impactos de uma seca nos aconselham humildade nas comemorações desse aniversário... A emocional euforia da Região ante as taxas que crescem, revelando sintomas de progresso talvez deva ser substituída por uma detida reflexão.

4 — De fato, colhemos, em nossa defesa, o argumento de que não nos capacitamos, ainda, a promover um desenvolvimento auto-sustentado e, conseqüentemente, comprovado ficou o erro dos que alegam já ter chegado o momento de modificar a política em benefício do Nordeste, com a modificação ou extensão do 34/18.

5 — Hoje, mais delineado surge o muito que nos resta fazer e o quanto de urgência e imperatividade impõe-se na superação das causas que vêm ampliando a nossa vulnerabilidade ante o encontro com as longas estiagens.

6 — Que nossa reflexão se volte, primeiramente para o problema da sempre referida “explosão de-

mográfica” constatadora de um crescimento populacional da ordem de 2,4% em 1960, aumentado hoje, possivelmente, para 3%, em decorrência, inclusive, do progresso obtido na redução da mortalidade infantil.

7 — Uma tendência natural, ainda não contrariada e corrigida, conduz este excesso de população a concentrar-se nos campos, cultivando lavouras que representam a área agrícola mais sensível e intensamente atingida às primeiras manifestações de seca.

8 — O desemprego e o subemprego são ampliados desmedidamente, enquanto a realidade de uma economia rural, marcada por baixos índices de produtividade, é agravada em suas deficiências. A renda per capita é, substancialmente, comprometida pelo crescimento da população e os investimentos são diluídos na vastidão demográfica, garantindo, algumas vezes, e o que já é muito, a manutenção das lavouras que representam a área agrícola mais sensível e dos baixos padrões de vida encontrados. No Maranhão, por exemplo, o esforço sério e obstinado do Governo em ampliar escolas, contratar professores, popularizar a educação, resultou, melancolicamente em manter a mesma taxa de escolaridade.

9 — Configura-se, assim, em termos de crescimento populacional, o problema hoje mais sério do Nordeste. Alia-se a este fato um outro tipo de explosão chamado das “expectativas”, das aspirações às ofertas do progresso, que levadas ao conhecimento do povo, através dos modernos meios de comunicação, passam a ser desejadas ansiosamente. A reduzida poupança que poderia ser destinada a investimentos reprodutivos ou transformadas em alimentos garantidores da quase autosuficiência das antigas fazendas sertanejas é aplicada nas múltiplas ofertas que o progresso apresenta, para conforto e deleite do homem. E, assim, configura-se o quadro da nossa, cada vez mais ampliada, incapacidade de enfrentar as trágicas conseqüências de uma seca.